

## **Mariza Peirano: uma história de acasos e livros.**

Marcia Anita Sprandel

Este pequeno texto, em tom memorialístico, narra brevemente a história de meu encontro com Mariza Peirano e de um de seus resultados mais inesperados: a percepção da viabilidade do ofício antropológico em lugares não acadêmicos.

Como minha orientadora de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB), Mariza Peirano deu continuidade à formação intelectual e profissional que fora iniciada cerca de dez anos antes, por seus colegas do Museu Nacional. Contudo, não a conheci em uma sala de aula.

No final dos anos oitenta, na condição de antropóloga em formação, eu cursava o mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/UFRJ). Era orientada por João Pacheco de Oliveira Filho e casada com Alfredo Wagner Berno de Almeida, dois antropólogos da geração de Mariza e seus amigos.

Considero a geração de Mariza, João e Alfredo (para citar apenas os nominados até então) ímpar na antropologia brasileira. São antropólogas e antropólogos que não só tiveram uma formação de excelência como foram extremamente talentosos e generosos ao transmiti-la a seus alunos: uma concepção de antropologia fundada no trabalho de campo, na exegese dos textos dos autores clássicos, no rigor na coleta e análise dos dados, na boa escrita e na honestidade intelectual.

No Museu Nacional, fui aluna de professores que dividiam com Mariza Peirano inquietudes e preocupações teóricas, entre os quais Moacir Palmeira e Lygia Sygaud. Não à toa, anos mais tardes estariam juntos no Núcleo de Antropologia da Política

(NUAP)<sup>1</sup>, uma experiência marcante na vida de muitos de nós que participam desta homenagem.

Apesar de orientanda de João Pacheco de Oliveira Filho, meu mestrado foi na área de campesinato. Incorporei das reflexões teóricas de meu orientador os processos de construção de identidades étnicas em situação de conflito envolvendo estados nacionais. Trabalhei em uma região de fronteira internacional, com agricultores que retornaram ao Brasil em um ritual político que culminou com um imenso acampamento no estado do Mato Grosso do Sul e a formação de uma identidade: *brasiguaios*<sup>2</sup>.

Na época, li muitos textos de viajantes, relatórios de funcionários de estado, militares, impressões de antigos moradores da fronteira, além das análises dos primeiros geógrafos formados por Leo Waibel e que mostravam como se deu o processo de construção de um imaginário do Paraná como terra prometida, onde se daria a democracia rural no país<sup>3</sup>. Vem dessa época um grande interesse pelo estudo das interpretações sobre o Brasil e pela história da produção intelectual brasileira. Além de minha formação original como historiadora, Alfredo já havia me introduzido na paixão pelos textos do pensamento social brasileiro<sup>4</sup>, que por sua vez lhe

---

<sup>1</sup> O Núcleo de Antropologia da Política (NUAP) congregou pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ (Museu Nacional), da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), além de manter colaboração estreita com alguns pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG). A aprovação do projeto de pesquisas “Uma Antropologia da Política: Rituais, Representações e Violência” — pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério de Ciência e Tecnologia permitiu que o NUAP começasse a existir formalmente em dezembro de 1997. Ver *Uma antropologia da política: rituais, representações e violência. Projeto de Pesquisa*. Cadernos do NuAP 1. 1998. Rio de Janeiro, NAU. Disponível em [http://www.marizapeirano.com.br/artigos/1998\\_uma\\_antropologia\\_da\\_politica.pdf](http://www.marizapeirano.com.br/artigos/1998_uma_antropologia_da_politica.pdf)

<sup>2</sup> Ver SPRANDEL, M. A. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado) – PPGAS, Museu Nacional.

<sup>3</sup> Sobre parte desta pesquisa, ver: Breve genealogia sobre os estudos de fronteiras & limites no Brasil. In: *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Roberto C. de Oliveira e Stephen Baines (orgs). Brasília, UNB, 2005.

<sup>4</sup> “Pensamento social procura designar a produção intelectual em sentido mais abrangente e não somente aquele gerado no espaço das ciências sociais. Daí ser igualmente relevante a análise da produção de literatos, de folcloristas, entre outros”. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 1999. “Interpretações sobre o Brasil”. In: *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. (Sérgio Miceli, org). Vol. 2. Sociologia. São Paulo, Sumaré/ANPOCS. Brasília, CAPES. pp. 148-149.

apaixonaram em função das aulas que tivera com o Prof. Luís de Castro Faria. Os programas dos cursos e os debates em classe estavam todos anotados, cuidadosamente, em velhos e pequenos cadernos, divididos com certo ciúme.

Nessa época, morávamos em um pequeno sítio em Leopoldina (MG), onde costumávamos receber amigos para finais de semana de boas conversas, muita comida e banhos de bica. Num deles conheci Luiz Antonio de Castro Santos, um intelectual apaixonado pelo pensamento social e com uma obra marcante sobre sua vertente sanitaria. Luiz trouxe de presente um livro chamado “A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913”<sup>5</sup>, projeto do qual participara como parecerista editorial. Trata-se de um livro primoroso, com fotos marcantes, que acabei utilizando, dez anos depois, em minha tese de doutorado. Vendo meu interesse no livro e no tema, Luiz perguntou se eu conhecia Mariza Peirano. *Não*, respondi. Ao que ele comentou, com uma expressão muito própria: *Tem de conhecer. Mariza é genial!* ”

Mais ou menos nessa época, Alfredo encontrou um antigo retrato de antepassados do Espírito Santo, que mandou ampliar e copiar para Mariza. Tal retrato, que provaria que Mariza e ele seriam parentes distantes, gerou muitas conversas engraçadas e convites para uma visita que acabou não acontecendo. Penso que nos conhecemos, de fato, na época da Rio 92 (o mundo inteiro estava se encontrando no Rio, naquela época). Tive uma primeira impressão que ficaria para sempre: sua delicadeza. Uma fala suave que deixava apenas transparecer a perspicácia e inteligência que lhe caracteriza e sua sólida carreira acadêmica, que eu só viria a dimensionar anos depois, como sua aluna.

Em 1996, por “artimanhas do acaso” (como diria Mariza em texto publicado no Anuário Antropológico de 1989<sup>6</sup>), mudei para Brasília. Na cidade, o caminho natural de quem queria seguir a carreira acadêmica foi fazer a seleção para o Doutorado no PPGAS/UnB. Pretendia – e apresentei projeto nesse sentido- seguir na área de

---

<sup>5</sup> *Ciência a Caminho da Roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Editora Fiocruz. 1992. Disponível em <http://books.scielo.org/id/5vx2d>

<sup>6</sup> Artimanhas do acaso. *Anuário Antropológico/89*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1992. pp. 9-21.

campesinato e fronteira. Após um breve período de trabalho de campo, queria estudar os brasileiros que viviam em Misiones, na Argentina, comparando-os com aqueles que viviam no Paraguai.

Mas minha “artimanha do acaso”, Mathias, nasceu no final de julho e precisava de uma mãe presente e a mãe precisava sustenta-lo em uma cidade cara, onde não tinha parentes e ainda eram raros os amigos. Foi quando soube que estava havendo uma seleção para assessor técnico para a área social da Liderança do Partido dos Trabalhadores, no Senado Federal. Enviei meu curriculum e, em setembro de 1997, fui contratada. Abri mão da bolsa (e de certa forma da carreira acadêmica) e fui tocando o doutorado em novas e adversas condições.

Infelizmente, foi também uma fase de muita tensão no departamento, o que fazia com que o meu reduzido tempo passível de ser dedicado ao doutorado não se dilatasse para a participação em eventos ou mesmo visitas mais amiúdes à sala de minha já orientadora, Mariza Peirano. Em 1998, Mariza ofereceu o curso “A tradição weberiana na Antropologia”, cuja proposta era:

*A história teórica da antropologia privilegia a descendência dos autores contemporâneos aos clássicos Durkheim e Mauss. São eles considerados os precursores por excelência da visão teórico-relativista da antropologia. Contudo, um exame mais minucioso da teoria antropológica aponta para a existência de um diálogo menos explícito com outro dos clássicos do pensamento sociológico do século XIX: trata-se de Max Weber.*

Nesse excelente e marcante curso, Mariza me estimulou a explorar a política em Durkheim e a religião em Weber, em uma aparente inversão de suas tradições. Mais do que isso, sugeriu que eu concluísse o artigo com dados da realidade que eu vivia então, como assessora parlamentar. Sugeriu inclusive o título do trabalho de curso “Vodu, Weber e Bresser Pereira: a questão da (ir)racionalidade”<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Publicado em PEIRANO, Mariza (org). *Leituras de Weber*. Serie Antropologia, nº 263. Brasília, 1999. pp. 22-30.

Mariza insistia, então, que eu não só podia como tinha todas as condições de analisar o meu trabalho cotidiano com as lentes da antropologia. Quando eu comecei a assessorar a *CPI do Combate à Pobreza*<sup>8</sup>, me ajudou a perceber que ali estava o objeto de meu doutorado: o ritual político, as repetições e os tédios dos discursos.

Vivíamos os festejos dos “500 anos do descobrimento”, um momento especialmente rico em termos de republicações de obras fundamentais do pensamento social brasileiro, que passei a ler já com a orientação de Mariza. Nelas busquei identificar as interpretações consagradas sobre o Brasil e como essas interpretações se faziam ou não presentes nos debates contemporâneos no Congresso Nacional.

Nesse processo, Mariza sugeriu a leitura de três livros que foram fundamentais. O primeiro deles foi *Projeto e Missão- o movimento folclórico brasileiro 1974-1964*, de Luis Rodolfo Vilhena<sup>9</sup>. Mariza falava com muito carinho de Luiz Rodolfo, morto prematuramente, e no qual ela percebia um grande interlocutor e possível seguidor de suas pesquisas. O livro toca em questões que faziam (e fazem ainda) todo o sentido para quem trabalha no Congresso Nacional.

Luiz Rodolfo mostra em seu trabalho que a marginalização dos estudos do folclore é contemporânea a uma dificuldade de compreender o lugar do popular na sociedade brasileira e que essa marginalização não poderia ser reduzida a pretensas dimensões intrinsecamente conservadoras desses estudos.

Sua reflexão permitiu que eu pensasse também o afastamento entre outros temas de interesse geral (no meu caso, a política partidária) e o acadêmico, um afastamento que Florestan Fernandes considerava “melancólico”, ele mesmo se considerando uma personalidade desenraizada em um ambiente onde, cito, estaria se

---

<sup>8</sup> “Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, que funcionou no Congresso Nacional de agosto a dezembro de 1999.

<sup>9</sup> VILHENA, Luis Rodolfo. 1997. *Projeto e Missão. O Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getulio Vargas. 1997. 332 pp.

dando “uma profissionalização incentivadora do isolamento intelectual e político dos acadêmicos, fechados cada vez mais dentro dos seus muros e entre seus pares.”<sup>10</sup>

Em uma de minhas idas à sua sala, comentei com Mariza que não suportava mais ver, nas reuniões da CPI, os técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Banco Mundial falarem insistentemente em *focalização* e na importância dos números. Seu comentário foi: *De fato, nos Estados Unidos parece que tudo precisa ser focalizado, inclusive os sentimentos*. E me trouxe de lá o livro que seria a espinha dorsal de minha tese, *A History of the Modern Fact*, de Mary Poovey<sup>11</sup>.

Para Mary Poovey, é um equívoco que aceitarmos friamente o que os números pretendem mostrar. Devemos, ao contrário, identificar o que seu uso revela e qual o seu interesse para os governantes. Nesse sentido, sua teoria tornou-se extremamente útil para analisar os discursos oficiais com os quais estava lidando naquele momento.

Também porque, diferentemente da maior parte dos historiadores das ideias, Poovey não está interessada apenas na influência das ideias de um indivíduo sobre as ideias de outro, nem no desenvolvimento de abstrações específicas. Sua preocupação maior está em identificar como essas abstrações adquiriram vitalidade suficiente para produzir efeitos materiais. Acredita, nesse sentido, que a forma como um argumento é conduzido constitui o próprio argumento, porque não existem ideias fora de sua enunciação.

Com a ajuda de Poovey, penso que consegui mostrar como, depois de séculos de debates políticos sobre quais seriam os grandes problemas do país, tínhamos um Congresso Nacional, uma casa política, manejando um discurso onde não havia mais lugar para a política, para a descrição, apenas para os números, as recorrências, os tédios, os fatos modernos. No diálogo que construí entre proposições intelectuais e retóricas políticas, constatei a existência de um processo de naturalização da pobreza e

---

<sup>10</sup> Ver FERNANDES, Florestan. *O Folclore em questão*. Hucitec, 1978.

<sup>11</sup> POOVEY, Mary. 1998. *A History of the Modern Fact*. Chicago and London, The University of Chicago Press.

de despolitização desta realidade. Eis o paradoxo enfrentado: o Poder Legislativo, instituição chave das teorias políticas modernas, pode ser um lugar da não-política.

Mariza também me sugeriu a leitura de *Os Alemães*, de Norbert Elias<sup>12</sup>. Um livro denso, que defende, entre outras coisas, a possibilidade de analisarmos o *habitus* de um país. No caso da Alemanha, por meio do duelo, indicativo de uma sociedade hierarquizada e violenta. Para Elias, é grande o significado que a história da autoimagem de uma nação tem para a história da autoimagem de seus membros individuais.

A partir de toda leitura que fiz de obras e autores do que chamamos de pensamento social brasileiro, e dos trabalhos da CPI no Congresso Nacional, pude concluir que, diferentemente da Alemanha, onde as necessidades econômicas básicas haviam sido sanadas, e era possível a seus cidadãos acertar contas com seu passado, o Brasil estava longe de acertar contas com o seu. Minhas leituras mostravam que o problema da pobreza era uma preocupação historicamente recente no Brasil. Nos debates do final do sec. XX, a mestiçagem era considerada o grande problema da população brasileira, assim como o clima, a doença, a tristeza ou a desnutrição. Tais debates tiveram enorme importância para a construção de um projeto de nação e de povo brasileiro.

Para Elias, os problemas contemporâneos de um grupo social são crucialmente influenciados por seus êxitos e fracassos anteriores. As leituras feitas identificavam um país construído em cima da destruição da natureza, do assassinato de indígenas e escravos africanos, do estupro, do racismo, do elitismo, da desqualificação dos mais pobres. Um país que não se via promissor porque a fartura não levaria à necessidade de trabalho, portanto, à não-civilização. Um país cuja mistura de raças nos levaria ao declínio genético e cultural. Um país onde a doença degeneraria todos os pobres, mesmo se brancos.

---

<sup>12</sup> ELIAS, Norbert. 1997. *Os Alemães – a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar.

Quando defendi a tese, em 2001, mal podia imaginar o quanto este passado, que parecia escondido sob uma autoimagem de país tropical e hospitaleiro, viria à tona da forma como estamos vendo hoje.

Em 1998, Mariza me passou outro livro, *Leveling Crowds*, de Tambiah<sup>13</sup>, com um singelo bilhete: *Para Maia, com o objetivo confesso de seduzi-la para a causa*. Não precisava, seduzida já estava há muito. O livro de Tambiah foi o único que não utilizei na tese, mas tem sido uma referência para a análise dos diferentes significados assumidos pela política na atualidade.

Anos depois, eu já as voltas com análises de políticas públicas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, comentei de meu incômodo com a ideia de vitimização que as fundamenta. E lá vem Mariza, cirurgicamente, com outro livro: *Making Whole What Has Been Smashed - On Reparations Politics*, de John Torpey<sup>14</sup>.

O texto de Torpey não só ajudou a analisar meus dados, ao perceber que o processo de individualização da potencial “vítima de tráfico de pessoas” acaba por desconsiderar a construção coletiva (familiar, social e afetiva) de suas decisões, como foi fundamental para a tese de doutorado de um colega, Guilherme Mansur Dias<sup>15</sup>. Para ele, ao refletir sobre a disseminação das políticas de reparação, Torpey demonstra não ser mera coincidência o fato da proliferação dessas políticas se dar em um contexto de colapso do socialismo e desvalorização de projetos políticos explicitamente orientados para o futuro:

*Segundo Torpey, o incremento na demanda por políticas de reparação tem lugar em um contexto mais ou menos simultâneo de difusão, por um lado, do multiculturalismo e das políticas de identidade e, por outro, da crescente preocupação com os direitos das vítimas. (...) Torpey argumenta que este novo*

---

<sup>13</sup> TAMBIAH, Stanley J. 1996. *Leveling Crowds. Ethnonationalist Conflicts and Collective Violence in South Asia*. Berkeley: University of California Press. 395 pp.

<sup>14</sup> TORPEY, John. *Making Whole What Has Been Smashed - On Reparations Politics*. Harvard University Press, 2006, 224 pp.

<sup>15</sup> DIAS, Guilherme Mansur. *Migração e Crime: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social. Campinas, março de 2014.



*sentido de “vitimização” se relaciona à disseminação das políticas de reparação, à ascensão do pensamento de direitos humanos – com a consequente emergência de subgrupos e indivíduos como sujeitos de direito internacional – e à “juridificação” da política de maneira geral. Para ele, estaria em curso uma tendência cultural de valorização da vítima em detrimento do heroísmo, que nutriria o ressentimento em vez de valorizar a superação da adversidade. Em suma, haveria atualmente um novo tema cultural relacionado à ressemantização do conceito coletivo de vítima. Dentre as implicações negativas dessa ressemantização, se coloca a extinção da capacidade de agência dos atores sociais e sua consequente responsabilização individual pelos supostos fracassos que partilham”. (DIAS, 2014:129-130)*

Quando me falou de suas inquietações sobre a vitimização, antes de lhe passar o exemplar do livro de Torpey, imediatamente repeti a frase que ouvira, há décadas: *“Você tem de conhecer Mariza, ela é genial”*. Tentamos o encontro, que ainda não aconteceu, mas o livro que Mariza indicou- mais uma vez- foi certo.

Moro há vinte anos em Brasília e sinto que se encerra um ciclo. A “artimanha do acaso” que me trouxe à cidade fez 18 anos, bateu asas e foi estudar Humanidades em Diamantina (MG), na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Num inevitável balanço desse período, penso que a grande conquista obtida, além de criar Mathias, foi consolidar uma carreira que, não obstante não ser acadêmica, tenta cotidianamente juntar o que aprendi com meus professores com o que aprendo no mundo da política.

Isso só foi possível pelo apoio e orientação que recebi de Mariza Peirano: escolher como objeto de análise antropológica o que eu percebia como contradição.

Em sua conferência *Etnografia e rituais*, parte desta coletânea, Mariza Peirano conclui com a frase *deixo a história em aberto, porque aberta é a vida. É questão de esperar as oportunidades que certamente surgem, com ou sem a nossa agência*. Que venham, pois, novos encontros e novos livros.